

## RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

### Senhores Acionistas:

Em cumprimento às disposições legais e estatutárias, submetemos à apreciação de V.Sas., as demonstrações financeiras da Santander Participações S.A., relativas aos exercícios findos em 31 de dezembro de 2014 e 2013, acompanhadas das notas explicativas e relatório dos auditores independentes.

São Paulo, 23 de março de 2015

A Diretoria

### BALANÇOS PATRIMONIAIS

Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado

	Nota	31/12/2014	31/12/2013		Nota	31/12/2014	31/12/2013
<b>Ativo</b>				<b>Passivo e Patrimônio Líquido</b>			
<b>Ativo Circulante</b>		<b>1.146.735</b>	<b>1.187.897</b>	<b>Passivo Circulante</b>		<b>15.458</b>	<b>52.201</b>
Caixa e Equivalentes de Caixa	3&13.e	23	40	Salários a Pagar		1.828	3.247
Aplicações Financeiras	4	222.467	1.179.945	Impostos a Pagar		11.686	11.630
Créditos Tributários		7.027	7.898	Provisões	7.a	-	2.789
Correntes		7.027	7.898	Juros Sobre Capital Próprio a Pagar		59	34.000
Ativos Não Correntes Mantidos para Venda	5&15.c	353.160	-	Outros Passivos		1.885	535
Outros Ativos	15.b	481.058	14	<b>Passivo não Circulante</b>		<b>31.229</b>	<b>30.113</b>
Propriedade para Investimento		83.000	-	Salários a Pagar		4.937	3.909
<b>Ativo não Circulante</b>		<b>577.685</b>	<b>147.059</b>	Impostos a Pagar		746	3.717
Aplicações Financeiras	4	492.658	108.826	Provisões	7.a	25.546	21.213
Depósitos Judiciais		2.834	12.655	Outros Passivos		-	1.274
Créditos Tributários		82.118	25.453	<b>Total do Passivo</b>		<b>46.687</b>	<b>82.314</b>
Correntes		35.061	18.507	<b>Patrimônio Líquido</b>			
Diferidos	8.b.1	47.057	6.946	Capital Social		1.551.000	1.131.738
Outros Investimentos		4	4	Reservas		118.026	111.884
Outros Ativos		71	121	Ajustes de Avaliação Patrimonial		8.707	9.020
<b>Total do Ativo</b>		<b>1.724.420</b>	<b>1.334.956</b>	<b>Total do Patrimônio Líquido</b>	<b>9</b>	<b>1.677.733</b>	<b>1.252.642</b>
				<b>Total do Passivo e Patrimônio Líquido</b>		<b>1.724.420</b>	<b>1.334.956</b>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

### DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO

Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado

Nota	Reservas de Lucros					Lucros Acumulados	Total
	Capital Social	Reserva Legal	Reservas Estatutárias	Ajustes de Avaliação Patrimonial			
<b>Saldos em 31 de Dezembro de 2012</b>	<b>1.131.738</b>	<b>13.689</b>	<b>54.114</b>	-	-	-	<b>1.199.541</b>
Ajustes de Avaliação Patrimonial - Ativos Disponíveis para Venda	-	-	-	9.020	-	9.020	-
Lucro Líquido	-	-	-	-	84.081	84.081	-
Destinações:							
Reserva Legal	9.c	-	4.203	-	(4.203)	-	-
Juros sobre o Capital Próprio	9.b	-	-	-	(40.000)	(40.000)	-
Reserva para Equalização de Dividendos	9.d	-	-	19.939	(19.939)	-	-
Reserva para Reforço de Capital de Giro	9.d	-	-	19.939	(19.939)	-	-
<b>Saldos em 31 de Dezembro de 2013</b>	<b>1.131.738</b>	<b>17.892</b>	<b>93.992</b>	<b>9.020</b>	-	-	<b>1.252.642</b>
Aumento de Capital	9.a	419.262	-	-	-	419.262	-
Ajustes de Avaliação Patrimonial - Ativos Disponíveis para Venda	-	-	-	(313)	-	(313)	-
Lucro Líquido	-	-	-	-	6.201	6.201	-
Destinações:							
Reserva Legal	9.c	-	310	-	(310)	-	-
Dividendos	9.b	-	-	-	(59)	(59)	-
Reserva para Equalização de Dividendos	9.d	-	-	2.916	(2.916)	-	-
Reserva para Reforço de Capital de Giro	9.d	-	-	2.916	(2.916)	-	-
<b>Saldos em 31 de Dezembro de 2014</b>	<b>1.551.000</b>	<b>18.202</b>	<b>99.824</b>	<b>8.707</b>	-	-	<b>1.677.733</b>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

### NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado

#### 1. Contexto Operacional, Reestruturações Societárias e Apresentação das Demonstrações Financeiras

##### a) Contexto Operacional

A Santander Participações S.A. (Santander Participações) é uma sociedade constituída na forma de sociedade anônima de capital fechado, domiciliada na Avenida Presidente Juscelino Kubitschek, 2041 e 2235 - Bloco A (Parte), Vila Olímpia, São Paulo-SP. É uma sociedade integrante do Conglomerado Econômico - Financeiro Santander (Conglomerado Santander) e tem por objeto social a participação no capital social de outras sociedades, como sócia, acionista ou quotista, podendo também aplicar os seus recursos no mercado financeiro e de capitais, mediante a subscrição de quotas em fundos de investimento e/ou quaisquer outros instrumentos financeiros.

##### b) Apresentação das Demonstrações Financeiras

As demonstrações financeiras da Santander Participações, foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, estabelecidas pela Lei das Sociedades por Ações, em conjunto com o Pronunciamento Técnico do Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), correlacionado às Normas Internacionais de Contabilidade - *The International Financial Reporting Standard (IFRS)*.

O resultado e a posição financeira da Santander Participações estão expressos em Reais, moeda funcional da entidade e moeda de apresentação das demonstrações financeiras.

As demonstrações financeiras do exercício findo em 31 de dezembro de 2014, foram aprovadas pela Diretoria na reunião realizada em 23 de março de 2015.

A Administração da Santander Participações não estima impactos relevantes na aplicação das diversas normas novas e revisadas emitidas pelo CPC, que serão aplicadas nos próximos exercícios.

##### Estimativas Utilizadas

A preparação das demonstrações financeiras requer a adoção de estimativas por parte da Administração, impactando certos ativos e passivos, divulgações sobre contingências ativas e passivas e receitas e despesas nos períodos demonstrados. Uma vez que o julgamento da Administração envolve estimativas referentes à probabilidade de ocorrência de eventos futuros, os resultados reais podem diferir dessas estimativas.

Estas estimativas, na qual foram efetuadas com a melhor informação disponível, são basicamente as seguintes:

- Avaliação do valor justo de determinados instrumentos financeiros;
- Provisão para perdas sobre créditos;
- Perdas de valor recuperável sobre determinados ativos que não créditos;
- Provisão para processos judiciais e administrativos e obrigações legais;
- Benefícios dos planos de aposentadoria; e
- Reconhecimento e avaliação de impostos diferidos.

#### 2. Práticas Contábeis e Critérios de Apuração

As práticas contábeis e os critérios de apuração utilizados na elaboração das demonstrações financeiras foram as seguintes:

##### a) Caixa e Equivalentes de Caixa

Caixa e equivalente de caixa incluem dinheiro em caixa, depósitos bancários, investimentos de curto prazo de alta liquidez, com risco insignificante de mudança de valor, com prazo de vencimento igual ou inferior a 90 dias contados da data da aplicação e para atender compromissos de curto prazo.

##### b) Definições, Classificação e Mensuração dos Instrumentos Financeiros

###### I. Definições

"Instrumento financeiro" é qualquer contrato que dê origem a um ativo financeiro para a entidade e simultaneamente a um passivo financeiro ou participação financeira em outra entidade.

"Instrumentos de patrimônio" é qualquer contrato que represente uma participação residual no ativo da entidade emissora depois de deduzida a totalidade de seu passivo.

"Derivativo financeiro" é o instrumento financeiro cujo valor muda em resposta às mudanças de uma variável de mercado observável (tais como taxa de juros, taxa de câmbio, preço dos instrumentos financeiros, índice de mercado ou rating de crédito), no qual o investimento inicial é muito baixo, em comparação com outros instrumentos financeiros com resposta similar às mudanças dos fatores de mercado, e geralmente é liquidado em data futura.

As transações a seguir não são tratadas como instrumentos financeiros para fins contábeis:

- Investimentos em coligadas; e
- Direitos e obrigações em virtude de planos de benefícios para funcionários.

##### II. Classificação dos Ativos Financeiros para Fins de Mensuração

Os ativos financeiros são classificados inicialmente nas diversas categorias utilizadas para fins de gestão e mensuração.

Os ativos financeiros são incluídos, para fins de mensuração, em uma das seguintes categorias:

- Ativos financeiros para negociação (mensurados ao valor justo por meio do resultado): essa categoria inclui os ativos financeiros adquiridos para gerar lucro a curto prazo resultante da oscilação de seus preços e os derivativos financeiros não classificados como instrumentos de *hedge*; e
- Ativos financeiros disponíveis para venda são demonstrados ao valor justo. Esta categoria não inclui instrumentos de débitos classificados como "investimentos mantidos até o vencimento", "empréstimos e recebíveis" ou "ativos financeiros ao valor justo no resultado", e instrumentos de patrimônio emitidos por entidade que não sejam coligadas, desde que tais instrumentos não tenham sido classificados como "ativos financeiros para negociação" ou como "outros ativos financeiros ao valor justo no resultado". Resultados decorrentes de alterações no valor justo são reconhecidos no item ajuste ao valor de mercado no patrimônio líquido, com exceção das perdas por não recuperação, as quais são reconhecidas no resultado. Quando o investimento é alienado ou tem indícios de perda por não recuperação, o resultado anteriormente acumulado na conta de ajustes ao valor justo no patrimônio líquido é reclassificado para o resultado.

- Empréstimos e recebíveis: essa categoria inclui ativos financeiros não derivativos com pagamentos fixos ou determináveis, que não são cotados em um mercado ativo. São incluídos como ativo circulante, exceto aqueles com prazo de vencimento superior a 12 meses após a data de emissão do balanço (estes são classificados como ativos não circulantes). Os empréstimos e recebíveis são contabilizados pelo custo amortizado, usando o método da taxa de juros efetiva e são avaliados para impairment (recuperação) a cada data de balanço.

##### III. Classificação dos Ativos Financeiros para Fins de Apresentação

Os ativos financeiros são classificados por natureza nas seguintes rubricas do balanço patrimonial:

- "Caixa e equivalentes de caixa";
- "Aplicações financeiras";
- "Contas a receber"; e
- "Depósitos judiciais".

##### IV. Classificação dos Passivos Financeiros para Fins de Mensuração

Os passivos financeiros são incluídos, para fins de mensuração, em uma das seguintes categorias:

- Passivos financeiros para negociação (mensurados ao valor justo no resultado): essa categoria inclui os passivos financeiros emitidos para gerar lucro a curto prazo resultante da oscilação de seus preços, os derivativos financeiros não considerados *hedge accounting* e os passivos financeiros resultantes da venda direta de ativos financeiros comprados mediante compromissos de revenda ou emprestados ("posições vendidas"); e
- Passivo financeiro ao custo amortizado: demais passivos financeiros, independentemente de sua forma e vencimento.

##### V. Classificação dos Passivos Financeiros para Fins de Apresentação

Os passivos financeiros são classificados por natureza na seguinte rubrica do balanço patrimonial:

- "Salários a pagar".

##### VI. Mensuração dos Ativos e Passivos Financeiros

Em geral, os ativos e passivos financeiros são inicialmente reconhecidos ao valor justo, que é considerado equivalente, até prova em contrário, ao preço de transação. Os instrumentos financeiros não mensurados ao valor justo no resultado são ajustados pelos custos de transação.

Os "empréstimos e recebíveis" são mensurados ao custo amortizado, adotando-se o método dos juros efetivos.

Em geral, os passivos financeiros são mensurados ao custo amortizado, exceto os incluídos na rubrica "passivos financeiros para negociação", os quais são mensurados ao valor justo.

##### c) Outros Ativos

Inclui o saldo de todos os adiantamentos e o valor de quaisquer outros valores e bens não incluídos em outros itens.

##### d) Investimentos em Controladas

Os ajustes dos investimentos em sociedades coligadas e controladas são apurados pelo método de equivalência patrimonial e registrados em resultado de equivalência patrimonial, para participações em coligadas e controladas em que a investidora tenha influência significativa.

##### e) Outros Passivos

Outros passivos incluem o saldo das despesas provisionadas e o valor de quaisquer outras obrigações não incluídas em outras categorias.

##### f) Reconhecimento de Receitas e Despesas

As receitas e despesas são reconhecidas pelo regime de competência.

##### g) Provisões, Ativos e Passivos Contingentes e Outras Provisões

A Santander Participações é parte em processos judiciais e administrativos de natureza tributária, decorrentes do curso normal de suas atividades.

Os processos judiciais e administrativos são reconhecidos contabilmente com base na natureza, complexidade e histórico das ações e na opinião dos assessores jurídicos internos e externos.

As provisões são constituídas quando o risco de perda da ação judicial ou administrativa for avaliado como provável e os montantes envolvidos forem mensuráveis com suficiente segurança, com base nas melhores informações disponíveis. As provisões incluem as obrigações legais, processos judiciais e administrativos relacionados a obrigações tributárias e previdenciárias, cujo objeto de contestação é sua legalidade ou constitucionalidade, que independentemente da avaliação acerca da probabilidade de sucesso, têm os seus montantes reconhecidos integralmente nas demonstrações financeiras. São total ou parcialmente revertidas quando as obrigações deixam de existir ou são reduzidas.

Passivos contingentes são obrigações possíveis que se originem de eventos passados e cuja existência somente venha a ser confirmada pela ocorrência ou não ocorrência de um ou mais eventos futuros que não estejam totalmente sob o controle da Santander Participações. De acordo com as normas contábeis, passivos contingentes classificados como perdas possíveis não são reconhecidos, mas sim divulgados nas notas explicativas das demonstrações financeiras.

Os ativos contingentes não são reconhecidos contabilmente, exceto quando há garantias reais ou decisões judiciais favoráveis, sobre as quais não cabem mais recursos, caracterizando o ganho como praticamente certo. Os ativos contingentes com êxito provável, quando existentes, são apenas divulgados nas demonstrações financeiras.

##### h) Planos de Benefícios Pós-Emprego

Os planos de benefícios pós-emprego compreendem os compromissos assumidos pela Santander Participações, juntamente com o Banco Santander (Brasil) S.A. (Banco Santander) de: (i) complemento dos benefícios do sistema público de previdência; e (ii) assistência médica, nos casos de aposentadoria, invalidez permanente ou morte para aqueles funcionários elegíveis e seus beneficiários diretos.

##### h.1) Planos de Contribuição Definida

Plano de contribuição definida é o plano de benefício pós-emprego pelo qual a Santander Participações como entidade patrocinadora paga contribuições fixas a um fundo de pensão, não tendo a obrigação legal ou construtiva de pagar contribuições adicionais se o fundo não possuir ativos suficientes para honrar todos os benefícios relativos aos serviços prestados no período corrente e em períodos anteriores. As contribuições efetuadas nesse sentido são reconhecidas como "despesas com pessoal" na demonstração do resultado. Os valores ainda não contribuídos ao final de cada exercício são reconhecidos, ao seu valor presente, como "provisões - provisões para fundos de pensões e obrigações similares" no balanço patrimonial.

##### h.2) Planos de Benefício Definido

Plano de benefício definido é o plano de benefício pós-emprego que não seja plano de contribuição definida e estão apresentados na Nota 8. Para esta modalidade de plano, a obrigação da entidade patrocinadora é a de fornecer os benefícios pactuados junto aos empregados, assumindo o potencial risco atuarial de que os benefícios venham a custar mais do que o esperado. A Deliberação CVM 695, de 13 de dezembro de 2012, aprovou o Pronunciamento Técnico CPC 33 (R1), que trata de benefícios a empregados, em conformidade com as alterações nas Normas Internacionais de Contabilidade IAS 19. Para os planos de benefício definido, o Pronunciamento Técnico CPC 33 estabeleceu alterações fundamentais na contabilização e divulgação dos benefícios pós-emprego como a remoção do mecanismo do corredor no registro da obrigação dos planos, bem como alterações no critério de reconhecimento dos juros remuneratórios dos ativos dos planos (valorização com base na taxa de desconto da obrigação atuarial).

A adoção do referido Pronunciamento se aplica aos exercícios iniciados a partir de 1 de janeiro de 2013, sendo os efeitos registrados contabilmente de forma retrospectiva, como alteração de práticas contábeis. A adoção desta nova prática contábil implica, fundamentalmente, no reconhecimento integral em conta de passivo quando perdas atuariais (déficit atuarial) não reconhecidas venham a ocorrer, em contrapartida de conta do patrimônio líquido (outros ajustes de avaliação patrimonial).

A Santander Participações não teve impacto em suas Demonstrações Financeiras, em função dos planos de benefício definido patrocinados por esta entidade serem superavitários nos exercícios apresentados.

##### Principais Definições

- O valor presente de obrigação de benefício definido é o valor presente sem a dedução de quaisquer ativos do plano, dos pagamentos futuros esperados necessários para liquidar a obrigação resultante do serviço do empregado nos períodos corrente e passados.

- Déficit ou superávit é: (a) o valor presente da obrigação de benefício definido; menos (b) o valor justo dos ativos do plano.

- A entidade patrocinadora poderá reconhecer os ativos do plano no balanço quando atenderem as seguintes características: (i) os ativos do fundo forem suficientes para o cumprimento de todas as obrigações de benefícios aos empregados do plano ou da entidade patrocinadora; ou (ii) os ativos forem devidos à entidade patrocinadora com o intuito de reembolsá-la por benefícios já pagos a empregados.

- Ganhos e perdas atuariais são mudanças no valor presente da obrigação de benefício definido resultantes de: (a) ajustes pela experiência (efeitos das diferenças entre as premissas atuariais adotadas e o que efetivamente ocorreu); e (b) efeitos das mudanças nas premissas atuariais.

- Custo do serviço corrente, é o aumento no valor presente da obrigação de benefício definido resultante do serviço prestado pelo empregado no período corrente.

- O custo do serviço passado, é a variação no valor presente da obrigação de benefício definido por serviço prestado por empregados em períodos anteriores, resultante de alteração no plano ou de redução do número de empregados cobertos.

Benefícios pós-emprego são reconhecidos no resultado nas linhas de outras despesas operacionais - perdas atuariais - planos de aposentadoria e despesas com pessoal.

A Santander Participações não teve impacto em suas Demonstrações Financeiras, em função dos planos patrocinados por esta entidade serem superavitários nos exercícios apresentados.

##### II) Remuneração Baseada em Ações

A Santander Participações, participa de planos de compensação a longo prazo com condições para aquisição. As principais condições para aquisição são: (1) condições de serviço, desde que o participante permaneça empregado durante a vigência do Plano para adquirir condições de exercer seus direitos; (2) condições de performance, a quantidade de Investimento em Certificados de Depósito de Ações (Units) passíveis de exercício pelos participantes será determinada de acordo com o resultado da aferição de um parâmetro de performance do Banco: Retorno Total ao Acionista (RTA) e poderá ser reduzida, caso não sejam atingidos os objetivos do redutor Retorno sobre Capital Ajustado pelo Risco (RCORAC), comparação entre realizado e orçado em cada exercício, conforme determinado pelo Conselho de Administração e (3) condições de mercado, uma vez que alguns parâmetros são condicionados ao valor de mercado das ações do Banco. O Banco mede o valor justo dos serviços prestados por referência ao valor justo dos instrumentos patrimoniais concedidos na data da concessão, tendo em conta as condições de mercado para cada plano quando estima o valor justo.

##### Liquidação em Ação

O valor justo dos serviços prestados é medido por referência ao valor justo dos instrumentos patrimoniais concedidos na data da concessão, tendo em conta as condições de mercado para cada plano quando estima o valor justo. Com o objetivo de reconhecer as despesas de pessoal em contrapartida com as reservas de capital ao longo do período de vigência, como os serviços são recebidos, é considerado o tratamento das condições de serviço e reconhece o montante para os serviços recebidos durante o período de vigência baseado na melhor avaliação da estimativa para a quantidade de instrumentos de patrimônio que se espera conceder.

##### Liquidação em Dinheiro

Para pagamentos baseados em ações liquidados em dinheiro (na forma de valorização das ações), são mensurados os serviços prestados e o correspondente passivo incorrido no valor justo na valorização das ações na data de concessão e até que o passivo seja liquidado, o valor justo do passivo é reavaliado no final de cada período de reporte e a data de sua liquidação, com quaisquer mudanças no valor justo reconhecidas no resultado do período. Com o objetivo de reconhecer as despesas de pessoal em contrapartida com as provisões em "salários a pagar" em todo o período de vigência, refletindo no período como os serviços são recebidos, o passivo total é baseado na melhor estimativa da quantidade de direito de valorização das ações que serão adquiridas no final do período de vigência e reconhece o valor dos serviços recebidos durante o período de vigência com base na melhor estimativa disponível. Periodicamente, é realizada análise da estimativa do número de direitos de valorização de ações que serão adquiridos no final do período de carência.

### DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS

Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado

	Nota	01/01 a 31/12/2014	01/01 a 31/12/2013
Resultado de Participação em Coligadas	5	(1.020)	-
Despesas com Pessoal		(6.529)	(11.291)
Despesas Administrativas	11	(3.860)	(4.595)
Provisões (Líquidas)	7.a	(1.544)	(9.149)
Outras Receitas		(25)	301
Outras Despesas	15.a	(118.797)	(1.464)
<b>Resultado antes do Resultado Financeiro</b>		<b>(133.775)</b>	<b>(26.198)</b>
Receitas (Despesas) Financeiras	12	110.535	110.604
<b>Resultado antes da Tributação</b>		<b>(21.240)</b>	<b>84.406</b>
Provisão para Imposto de Renda e Contribuição Social	8.a	27.441	(325)
<b>Lucro Líquido</b>		<b>6.201</b>	<b>84.081</b>
Nº de Ações (Mil)	9.a	4.237	3.234
Lucro Líquido por Lote de Mil Ações (em R\$)		19.746,52	25.999,07

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

### DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS ABRANGENTES

Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado

	Nota	01/01 a 31/12/2014	01/01 a 31/12/2013
<b>Lucro Líquido no Exercício</b>		<b>6.201</b>	<b>84.081</b>
<b>Outras Receitas (Despesas) Reconhecidas</b>		<b>8.707</b>	<b>9.020</b>
Ativos Disponíveis para Venda		12.230	13.666
Efeitos Tributários sobre Ativos Disponíveis para Venda		(3.523)	

## NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado

O quadro resumo abaixo sintetiza os valores de sensibilidade gerados pelos sistemas da Santander

Participações, para cada um dos cenários dos instrumentos financeiros do dia 31 de dezembro de 2014.

Risco	Cenário 1	Cenário 2	Cenário 3
Taxa de Juros em Reais	(4)	(123)	(254)
Cupom de Inflação	(5)	(74)	(147)
Cupom de Dólar	-	(3)	(5)
<b>Total</b>	<b>(9)</b>	<b>(200)</b>	<b>(406)</b>

**Cenário 1:** Uma situação considerada provável pela administração. Com base nas informações de mercado, foram aplicados choques de 10 ponto base para taxa de juros.

**Cenário 2:** uma situação, com deterioração de 25% na variável de risco considerada.

**Cenário 3:** uma situação, com deterioração de 50% na variável de risco considerada.

## Instrumentos Financeiros por Categoria

Em 31 de dezembro de 2014 e 2013, os instrumentos financeiros estavam assim resumidos:

	31/12/2014				31/12/2013			
	Avaliado pelo Valor Justo com Ganhos e Perdas no Patrimônio Líquido		Avaliado pelo Valor Justo com Ganhos e Perdas no Resultado		Avaliado pelo Valor Justo com Ganhos e Perdas no Patrimônio Líquido		Avaliado pelo Valor Justo com Ganhos e Perdas no Resultado	
Empréstimos e Recebíveis	Total	Empréstimos e Recebíveis	Total	Empréstimos e Recebíveis	Total	Empréstimos e Recebíveis	Total	
<b>Ativos</b>								
Caixa e Equivalentes de Caixa	23	-	23	40	-	-	40	
Aplicações Financeiras	67.218	51.669	596.238	715.125	301.059	44.161	943.551	
Aplicações em Operações Compromissadas (Nível 1)	37.835	-	-	37.835	54.808	-	54.808	
Títulos e Valores Mobiliários - Debêntures (Nível 2)	3.664	-	-	3.664	4.452	-	4.452	
Certificados de Depósitos Bancários - CDB (Nível 1)	6.777	-	-	6.777	48.445	-	48.445	
Cotas de Fundos de Investimento em Direitos Creditórios - FIDC (Nível 1)	-	-	148.192	148.192	-	-	144.781	
Cotas de Fundos de Investimento em Participações - FIP (i)	-	-	448.046	448.046	-	-	798.770	
Cotas de Fundos de Investimento Mobiliário (Nível 1)	15.063	-	-	15.063	-	-	20.071	
Cotas de Fundos de Investimento Renda Fixa (Nível 1)	3.879	-	-	3.879	173.283	-	173.283	
Ações de Companhias Fechadas (Nível 3)	-	51.669	-	51.669	-	44.161	11.800	
Contas a Receber	-	-	-	-	-	-	-	
Depósitos Judiciais	2.834	-	-	2.834	12.655	-	12.655	
<b>Total</b>	<b>70.075</b>	<b>51.669</b>	<b>596.238</b>	<b>717.982</b>	<b>313.754</b>	<b>44.161</b>	<b>943.551</b>	

(i) Em 2014, inclui R\$1.886 classificado como nível I, R\$30.424 classificado como nível II e R\$533.106 classificado como nível III (2013 - R\$527.721 nível I e R\$271.049 nível II).

Os passivos financeiros em 31 de dezembro de 2014, estão representados por contas a pagar e estão classificados na categoria de outros passivos financeiros ao custo amortizado.

## Mensuração do Valor Justo

O valor justo dos ativos e passivos financeiros é incluído no valor pelo qual o instrumento poderia ser trocado em uma transação corrente entre partes dispostas a negociar, e não em uma venda ou liquidação forçada.

## Hierarquia de Valor Justo

Como estratégia de gestão de risco em linha com seus objetivos de negócios, a Santander Participações mantém uma carteira de instrumentos financeiros e apresenta os seguintes níveis para determinar e divulgar o valor justo de instrumentos financeiros:

- Nível 1: preços cotados (sem ajustes) nos mercados ativos para ativos ou passivos idênticos.
- Nível 2: outras técnicas para as quais todos os dados que tenham efeito significativo sobre o valor justo registrado sejam observáveis, direta ou indiretamente.
- Nível 3: registra ativos ou passivos financeiros na qual não é utilizado dados observáveis de mercado para fazer a mensuração.

## 7. Provisões

### a) Movimentação das Provisões para Processos Judiciais e Administrativos e Obrigações Legais, Compromissos e Outras Provisões

	Fiscais	
	2014	2013
<b>Saldos no Início do Exercício</b>	<b>24.002</b>	<b>14.853</b>
Constituição Líquida de Reversão	1.544	9.149
<b>Saldos no Final do Exercício</b>	<b>25.546</b>	<b>24.002</b>

### b) Provisões, Passivos Contingentes e Outras Provisões

A Santander Participações é parte em processos judiciais e administrativos de natureza tributária, decorrentes do curso normal de suas atividades.

As provisões foram constituídas com base na natureza, complexidade e histórico das ações e na avaliação de êxito da Santander Participações com base nas opiniões dos assessores jurídicos internos e externos. A Santander Participações tem por política provisionar integralmente o valor das ações cuja avaliação está classificada como perda provável. As obrigações legais de natureza fiscal e previdenciária têm os seus montantes reconhecidos integralmente nas demonstrações financeiras.

O principal processo judicial e administrativo relacionado a obrigações legais, fiscais e previdenciárias, é o descrito a seguir:

**PIS e Cofins** - R\$2.987 (31/12/2013 - R\$2.789): a Santander Participações interpôs medida judicial com vistas a afastar a aplicação da Lei 9.718/1998, que modificou a base de cálculo do PIS e da Cofins para que incidissem sobre todas as receitas das pessoas jurídicas. Antes da referida norma, já afastada em decisões do Supremo Tribunal Federal, eram tributadas apenas as receitas de prestação de serviços e de venda de mercadorias.

### c) Provisões para Riscos Fiscais e Previdenciárias

São valores disputados em processos judiciais e administrativos relacionados a discussões fiscais e previdenciárias, classificados, com base na opinião dos assessores jurídicos, como risco de perda provável e provisionados contabilmente. O principal tema discutido nesse processo é:

**Desmutualização de Ações** - R\$22.560 (31/12/2013 - R\$19.044): visa a não incidência do IRPJ e da CSLL dos valores correspondentes à atualização dos títulos patrimoniais convertidos em ações, visto que não representa acréscimo patrimonial, mas de mera permuta. Os processos administrativos e judicial aguardam julgamento.

### d) Passivos Contingentes Classificados como Risco de Perda Possível

São processos judiciais e administrativos de natureza tributária, classificados, com base na opinião dos assessores jurídicos, como riscos de perda possível, não reconhecidos contabilmente.

As ações com classificação de perda possível, de natureza tributária, totalizaram em R\$33.419 (31/12/2013 - R\$11.661).

### e) Provisões para Fundos de Pensões e Obrigações Similares

#### e.1) Plano de Pensão Complementar

A Santander Participações patrocina, juntamente com o Banco Santander Brasil, planos de benefício definido e planos de contribuição definida, com a finalidade de conceder aposentadorias e pensões complementares às concedidas pela Previdência Social, conforme definido no regulamento básico de cada plano.

#### i) Sanprev - Santander Associação de Previdência (Sanprev)

Plano II: plano que oferece coberturas de riscos, suplementação de pensão temporária, aposentadoria por invalidez e pecúlio por morte e suplementação do auxílio-doença e auxílio-natalidade, abrangendo os empregados dos patrocinadores inscritos no plano, sendo custeado, exclusivamente, pelos patrocinadores, por meio de contribuições mensais, quando indicadas pelo atuário. Plano fechado para novas adesões desde 10 de março de 2010.

Plano III: plano de contribuição variável, abrangendo os empregados dos patrocinadores que fizeram a opção de contribuir, mediante contribuições livremente escolhidas pelos participantes a partir de 2% do salário de contribuição. Nesse plano o benefício é de contribuição definida durante a fase de contribuições e de benefício definido durante a fase de recebimento do benefício, sendo na forma de renda mensal vitalícia, em todo ou em parte do benefício. Plano fechado para novas adesões desde 10 de março de 2010.

#### SantanderPrevi - Sociedade de Previdência Privada (SantanderPrevi)

Dentre os planos administrados pelas Entidades Fechadas de Previdência Complementar ligadas ao Santander, o Plano de Aposentadoria da SantanderPrevi é o único estruturado na modalidade de Contribuição Definida e aberto para novas adesões, sendo as contribuições partilhadas entre as empresas patrocinadoras e os participantes do plano.

Os valores apropriados no exercício de 2014 em despesas de pessoal referente ao plano foram de R\$79 (2013 - R\$43). O plano Sanprev de benefício definido encontra-se em situação superavitária em 31 de dezembro de 2014 e 2013, e tal superávit não foi reconhecido como ativo nas demonstrações financeiras conforme limites estabelecidos no CPC 33.

#### e.2) Remuneração com Base em Ações

O Banco Santander possui programas de remuneração de longo prazo vinculados ao desempenho do preço de mercado de ações. São elegíveis a estes planos os membros da Diretoria Executiva do Banco Santander, além dos participantes que foram determinados pelo Conselho de Administração e informados ao Departamento de Recursos Humanos, cuja escolha levará em conta a senioridade no grupo. Os membros do Conselho de Administração somente participam de referidos planos se exercerem cargos na Diretoria Executiva.

#### e.2.1) Programa Local

A AGE do Banco Santander realizada em 29 de abril de 2013 aprovou o Programa de Remuneração baseado em ações do Banco Santander - O Plano de Opção de Compra de Certificado de Depósito de Ações - Units (SOP 2013) e o Plano de Incentivo de Longo Prazo - Investimento em Certificado de Depósito de Ações - Units (PSP 2013).

A principal característica do plano é:

Plano de Incentivo a Longo Prazo - **SOP 2013**: É um plano de Opção de Compra com duração de 3 anos. O período para exercício começa em 30 de junho de 2016 até a data de 30 de junho de 2018. A quantidade de Units passíveis de exercício pelos participantes será determinada de acordo com o resultado da aferição de um parâmetro de performance da Companhia: Retorno Total ao Acionista (RTA) e poderá ser reduzida, caso não sejam atingidos os objetivos do redutor Retorno sobre Ativos ponderados por Riscos (RoRWA), comparação entre realizado e orçado em cada exercício, conforme determinado pelo Conselho de Administração. Adicionalmente, é necessário que o participante permaneça na Companhia durante a vigência do Plano para adquirir condições de exercer as Units correspondentes.

**Plano PSP**: Plano de Remuneração baseado em ações, com ciclos de 3 anos, promovendo um comprometimento dos executivos com os resultados de longo prazo. O Plano tem como objeto o pagamento de Gratificação pela Companhia aos Participantes a título de Remuneração Variável, sendo que (i) 50% (cinquenta por cento) consistirão na entrega em "Units", onde as quais não poderão ser vendidas durante o prazo de 1 ano, a partir da data do Exercício e (ii) 50% (cinquenta por cento) será paga em dinheiro, o qual poderá ser utilizado de forma livre pelos Participantes ("Bônus"), após as deduções de todos os tributos, encargos e retenções.

**Plano SOP 2013**: Plano de Remuneração baseado em ações com ciclos de 03 anos, promovendo um comprometimento dos executivos com os resultados de longo prazo. O Plano tem como objeto o pagamento de Gratificação pela Companhia aos Participantes a título de Remuneração Variável, sendo que 100% (cem por cento) consistirão na entrega em "Units".

#### e.2.1.1) Valor Justo e Parâmetros de Performance para o Plano

Para a contabilização do plano do Programa Local foram realizadas simulações por uma consultoria independente, baseadas na metodologia Monte Carlo, de forma que apresentamos os parâmetros de desempenho para o cálculo de ações a serem concedidas a seguir. Tais parâmetros são associados as suas respectivas probabilidades de ocorrência, que são atualizadas no fechamento de cada período.

Posição RTA	PSP 2013/ SOP2013	Plano P112 - PSP e P114 - PSP (i)	
		% de Ações Passíveis de Exercício	
1°	100%	50%	
2°	75%	35%	
3°	50%	25%	
4°	0%	0%	

(i) Associado ao RTA, os 50% remanescente das ações passíveis de exercício referem-se a realização do Lucro Líquido vs. Lucro Orçado.

Método de Avaliação	PSP 2013	P114 - PSP	P112 - PSP	SOP 2013
Volatilidade	Binomial 40,00%	Binomial 57,37%	Binomial 57,37%	Black&Scholes 40,00%
Taxa de Dividendos	-	-	-	3,00%
Período de "Vesting"	-	-	-	2 anos
Momento "Médio" de Exercício	-	-	-	5 anos
Probabilidade de Ocorrência	60,27%	37,59%	43,11%	60,27%
Taxa Livre de Risco	11,80%	10,50%	11,18%	11,80%
Valor Justo para Ações	-	-	-	596,00%

O preço médio das ações SANB11 no final do exercício de 30/12/2014 é de R\$13,37 (2013 - R\$14,07). No exercício de 2013, foram registradas despesas "pro rata" dia referente ao plano no valor de R\$60 (2012 - R\$21) referentes ao plano de Incentivo de Longo Prazo - Investimento em Certificado de Depósito de Ações - Units (PSP) e R\$166 (2012 - não foram registradas despesas) referentes ao plano de Opção de Compra de Certificado de Depósito de Ações - Units (SOP). Foi registrado também no exercício de 2013, ganho com a oscilação do valor de mercado da ação no valor de R\$12 como despesas de pessoal. As despesas relacionadas ao plano são reconhecidas em contrapartida de salários a pagar, pois são planos que serão liquidados em caixa.

Preço de exercício em Reais	Quantidade de Ações	Ano de Consenso	Data do Início do Exercício	Data do Fim do Exercício
<b>Saldo do Plano em 31 de Dezembro de 2009</b>				
-	-	-	-	-
<b>Saldo do Plano em 31 de Dezembro de 2010</b>				
-	1.500	2010	Executivos 03/02/2010	30/06/2012
<b>Saldo do Plano em 31 de Dezembro de 2011</b>				
-	1.500	2010	Executivos 03/02/2010	30/06/2012
-	(853)	2010	Executivos 03/02/2010	30/06/2012
-	(647)	2010	Executivos 03/02/2010	30/06/2012
-	4.000	2012	Executivos 29/05/2012	30/06/2014
<b>Saldo do Plano em 31 de Dezembro de 2012</b>				
-	4.000	2010	Executivos 03/02/2010	30/06/2012
-	14,43	2013	Executivos 02/05/2013	30/06/2018
-	22.600	2013	Executivos 13/08/2013	30/06/2016
<b>Saldo do Plano em 31 de Dezembro de 2013</b>				
-	186.600	2010	Executivos 03/02/2010	30/06/2012
-	500	2012	Executivos 29/05/2012	30/06/2014
-	(861)	2012	Executivos 29/05/2012	30/06/2014
-	(3.639)	2012	Executivos 29/05/2012	30/06/2014
-	2.825	2013	Executivos 13/08/2013	30/06/2016
<b>Saldo do Plano em 31 de Dezembro de 2014</b>				
-	185.425	2010	Executivos 03/02/2010	30/06/2012
-	-	2012	Executivos 29/05/2012	30/06/2014
-	14,43	2013	Executivos 02/05/2013	30/06/2018
-	25.425	2013	Executivos 13/08/2013	30/06/2016
-	<b>185.425</b>			

### e.2.2) Bônus Referenciado em Ações

A AGO de Acionistas do Banco Santander Espanha, de 11 de junho de 2010, aprovou a nova política de remuneração de executivos através do plano de pagamento de bônus referenciado em ações para as empresas do Grupo, incluindo o Banco Santander. Esta nova política, com os ajustes aplicáveis ao Banco Santander, foi aprovada pelo Comitê de Nomeação e Remuneração e pelo Conselho de Administração em 2 de fevereiro de 2011.

Os objetivos do plano são: (i) alinhar o programa de remuneração aos princípios do "Financial Stability Board" (FSB) acordados no G20, (ii) alinhar os interesses do Banco Santander e dos participantes (crescimento e lucratividade dos negócios do Banco Santander de forma sustentável e recorrente e reconhecimento da contribuição dos participantes); (iii) possibilitar a retenção dos participantes; e (iv) promover o bom desempenho do Banco Santander e dos interesses dos acionistas mediante um comprometimento de longo prazo.

O plano tem como objeto o pagamento de gratificação, em dinheiro ou ações, conforme detalhado abaixo, devida pelo Banco Santander aos participantes nos termos de sua política de remuneração, atrelado ao desempenho futuro das ações.

O pagamento de bônus referenciado em ações está dentro do limite da remuneração global dos administradores aprovada em AGO do Banco Santander. A quantidade total de ações referenciadas será liquidada em três parcelas e alocadas igualmente para os três exercícios sociais subsequentes ao ano base.

Em 21 de dezembro de 2011, o Conselho de Administração aprovou a proposta do novo plano de Incentivo (deferimento) para pagamento da remuneração variável de administradores e determinados funcionários, o qual foi deliberado em AGE do dia 7 de fevereiro de 2012.

Em 19 de dezembro de 2012, o Conselho de Administração aprovou a proposta do novo plano de Incentivo (deferimento) para pagamento da remuneração variável de administradores e determinados funcionários, o qual foi deliberado em AGE do dia 15 de fevereiro de 2013.

Em 24 de abril de 2013, o Conselho de Administração aprovou a proposta do novo plano de Incentivo (deferimento) para pagamento da remuneração variável de administradores e determinados funcionários, a qual foi aprovada em AGE do dia 3 de junho de 2013.

Nesta proposta são determinados requisitos para pagamento diferido no futuro de parcela da remuneração variável devida a seus Administradores e outros colaboradores, considerando as bases financeiras sustentáveis de longo prazo e ajustes nos pagamentos futuros em função dos riscos assumidos e das oscilações do custo de capital.

A Santander Participações, participa do programa Coletivo Supervisionado - Participantes do Comitê Executivo e Outros Executivos, conforme abaixo:

**O Programa Coletivo Supervisionado** - Participantes do Comitê Executivo e Outros Executivos que assumam riscos significativos no Banco e responsáveis das áreas de controle. O diferimento será metade em dinheiro, indexado a 100% do CDI e metade em ações. No exercício de 2014, foram registradas despesas referente ao plano no valor de R\$353 (31/12/2013 - R\$1.554), as despesas relacionadas ao plano são reconhecidas em contrapartida de salários a pagar.

**O Programa Coletivo não Supervisionado** - Diretores Estatutários - Diretores Estatutários não participantes do "Coletivo Supervisionado", o valor diferido será pago 100% em dinheiro, atrelado ao desempenho futuro das Units "SANB11". No exercício findo em 31 de dezembro de 2014, foram registrados despesas no valor de R\$278 (31/12/2013 - R\$808), referente a provisão do plano e foi registrado ganho com a oscilação do valor de mercado da ação do plano.

**O Programa Coletivo não Supervisionado** - Funcionários - empregados de nível gerencial e outros funcionários da organização que venham a ser beneficiados pelo Plano de diferimento. O valor diferido será pago 100% em dinheiro, indexado de 110% a 120% do CDI. No exercício findo em 31 de dezembro de 2014, foram registrados despesas no valor de R\$330 (2013 - R\$41).

## 8. Ativos e Passivos Fiscais

### a) Imposto de Renda e Contribuição Social

O total dos encargos do exercício pode ser conciliado com o lucro contábil como segue:

	2014	2013
<b>Resultado antes da Tributação</b>	<b>(21.240)</b>	<b>84.406</b>
Juros sobre o Capital Próprio	-	(40.000)
<b>Resultado antes da Tributação Ajustado</b>	<b>(21.240)</b>	<b>44.406</b>
<b>Encargo Total do Imposto de Renda e Contribuição Social às Alíquotas de 25% e 9% Respectivamente</b>	<b>7.222</b>	<b>(15.098)</b>
Resultado de Equivalência Patrimonial	(346)	-
Despesas Indutíveis Líquidas de Receitas não Tributáveis	20.312	14.747
Outros Ajustes	253	26
<b>Imposto de Renda e Contribuição Social</b>	<b>27.441</b>	<b>(325)</b>
Impostos Correntes	(12.669)	(4.532)
Impostos Diferidos	40.110	4.207
Impostos Pagos no Exercício	(16.876)	(53.401)
<b>Alíquota Efetiva</b>	<b>129,19%</b>	<b>0,39%</b>

## b) Impostos Diferidos

Os dados dos saldos das rubricas "créditos tributários diferidos" são:

### b.1) Créditos Tributários

Natureza e Origem:	Saldo em 31/12/2013	Constituição	Realização	Saldo em 31/12/2014
Provisão para Riscos Fiscais e Obrigações Legais	4.806	525	-	5.331
Provisão para Despesas de Pessoal - Participações nos Lucros	-	928	1.165	(1.260)
Ajustes a Valor de Mercado dos Títulos para Negociação	-	-	39.906	-
Outras Provisões Temporárias	1.212	-	(225)	987
<b>Saldo dos Créditos Tributários/Registrados</b>	<b>6.946</b>	<b>41.596</b>	<b>(1.485)</b>	<b>47.057</b>
Natureza e Origem:	Saldo em 31/12/2012	Constituição	Realização	Saldo em 31/12/2013
Provisão para Riscos Fiscais e Obrigações Legais	1.695	3.111	-	4.806
Provisão para Despesas de Pessoal - Participações nos Lucros	-	527	2.034	(1.633)
Outras Provisões Temporárias	429	783	-	1.212
<b>Saldo dos Créditos Tributários/Registrados</b>	<b>2.651</b>	<b>5.928</b>	<b>(1.633)</b>	<b>6.946</b>

### Expectativa de Realização dos Créditos Tributários

Ano
-----

## NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado

As principais transações e saldos com o Banco Santander, seu controlador (Nota 13.d) são conforme segue:

	31/12/2014	31/12/2013
<b>Ativo</b>		
<b>Caixa e Equivalentes de Caixa</b>	<b>23</b>	<b>40</b>
Banco Santander Brasil <sup>(1)</sup>	23	40
<b>Aplicações Financeiras - Operações Compromissadas</b>	<b>37.835</b>	<b>54.808</b>
Banco Santander Brasil <sup>(1)</sup>	37.835	54.808
<b>Aplicações Financeiras - Fundos de Investimentos em Renda Fixa</b>	<b>3.879</b>	<b>173.283</b>
Santander FI SBAC Referenciado DI Crédito Privado	3.879	173.283
<b>Aplicações Financeiras - Certificados de Depósitos Bancários - CDB</b>	<b>6.777</b>	<b>48.445</b>
Banco Santander Brasil <sup>(1)</sup>	6.777	48.445
<b>Passivo</b>		
<b>Dividendos a Pagar</b>	-	<b>(34.000)</b>
Banco Santander Brasil <sup>(1)</sup>	-	(34.000)
<b>Contas a Pagar</b>	<b>(88)</b>	<b>(5)</b>
Banco Santander Brasil <sup>(1)</sup>	-	(5)
Banco Santander Espanha	(88)	-

	01/01 a 31/12/2014	01/01 a 31/12/2013
<b>Resultado</b>		
<b>Despesas Administrativas - Convênio Operacional</b>	<b>(3.368)</b>	<b>(4.328)</b>
Banco Santander Brasil <sup>(1)</sup>	(3.368)	(4.328)
<b>Receitas (Despesas) Financeiras</b>	<b>14.190</b>	<b>19.906</b>
Banco Santander Brasil <sup>(1)</sup>	8.840	10.497
Santander FI SBAC Referenciado DI Crédito Privado	5.350	9.409
<b>Despesas com Doações</b>	<b>(750)</b>	-
Instituto Escola Brasil	(750)	-
<sup>(1)</sup> Controlador		
<b>14. Outras Informações</b>		
Em 31 de dezembro de 2014 e 2013, não foram reconhecidos contabilmente ativos contingentes (Nota 2.g).		

## 15. Eventos Subsequentes

### a) Remensuração de Ativos

Em razão da escassez de informação que permita a mensuração confiável do valor justo em certos investimentos, em caráter prudencial, a entidade decidiu reconhecer um ajuste negativo de aproximadamente R\$77 milhões, líquido de efeito tributário, nas Demonstrações do Resultado deste exercício, equivalente à remensuração ao seu respectivo valor de custo.

### b) Encerramento do FIP Resling e Transferência das Ações da TAESA

Em dezembro de 2014, foi aprovada em assembleia a liquidação e o encerramento do FIP Resling. Diante disso, ficou estabelecido que o cotista receberia o pagamento de suas cotas por meio da entrega de ativos que compõem a carteira do fundo, sendo eles, 25.419.532 units da Transmissora Aliança de Energia Elétrica S.A. (TAESA). O direito de recebimento das ações foi registrado como "Outros Créditos por Negociação e Intermediação de Valores - (Outros Ativos)". Em fevereiro de 2015, houve a transferência efetiva de titularidade e da custódia dessas ações para a Santander Participações, tendo sido efetuada a reclassificação do montante relativo ao direito para a devida conta de "Títulos de Renda Variável - (Aplicações Financeiras)".

### c) Alienação de Participação

Em 23 de março de 2015, a Santander Participações S.A. alienou a totalidade de sua participação na Santos Energia Participações S.A. para a Inversiones Capital Global, S.A., pelo montante de R\$127.012. No mesmo dia, Santander Participações S.A. alienou a totalidade de sua participação no Projeto Serras para a ICG do Brasil S.A., pelo montante de R\$120.000. Ambos os investimentos estavam classificados como Ativos Não Correntes Mantidos para Venda.

## DIRETORIA

### Diretor-Presidente

Luiz Carlos da Silva Cantidio Junior

## DIRETORES

Eduardo Müller Borges  
Oscar Rodriguez Herrero

Ignacio Dominguez-Adame Bozzano  
Reginaldo Antonio Ribeiro

## CONTADOR

Flaminio Oliveira Ferreira  
CRC 1RS 067739/O-6 S-SP

## RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES

Aos Acionistas e Administradores da  
Santander Participações S.A.

São Paulo - SP

Examinamos as demonstrações financeiras da Santander Participações S.A. ("Sociedade"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2014 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa, para o exercício findo naquela data, assim como o resumo das principais práticas contábeis e demais notas explicativas.

### Responsabilidade da Administração sobre as demonstrações financeiras

A Administração da Sociedade é responsável pela elaboração e adequada apresentação dessas demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração dessas demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

### Responsabilidade dos auditores independentes

Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações financeiras com base em nossa auditoria, conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Essas normas requerem o cumprimento de exigências éticas pelos auditores e que a auditoria seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras estão livres de distorção relevante.

Uma auditoria envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos valores e divulgações apresentados nas demonstrações financeiras. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do auditor, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro. Nessa avaliação de riscos, o auditor considera os controles internos relevantes

para a elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras da Sociedade para planejar os procedimentos de auditoria que são apropriados nas circunstâncias, mas não para fins de expressar uma opinião sobre a eficácia desses controles internos da Sociedade. Uma auditoria inclui, também, a avaliação da adequação das práticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis feitas pela Administração, bem como a avaliação da apresentação das demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

### Opinião

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Santander Participações S.A. em 31 de dezembro de 2014, o desempenho de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

São Paulo, 23 de março de 2015

DELOITTE TOUCHE TOHMATSU

Auditores Independentes

CRC nº 2 SP 011609/O-8

Gilberto Bizerra de Souza

Contador

CRC nº 1 RJ 076328/O-2